

Representações e práticas de ensino da escrita no final do século XIX e início do século XX¹

REPRESENTATIONS AND PRACTICES OF TEACHING WRITING IN THE END OF THE NINETEENTH CENTURY AND BEGINNING OF THE TWENTIETH CENTURY

Geisa Magela Veloso

UNIMONTES | velosogeisa@gmail.com

RESUMO

O artigo se insere no âmbito da História Cultural e reconstitui elementos da história das disciplinas escolares. O objetivo é discutir representações e práticas sobre o ensino da escrita, considerando que saber escrever se constitui como prática moderna e importante conteúdo que integra a disciplina Língua Portuguesa. A abordagem metodológica de pesquisa considerou ferramentas teóricas e conceituais da historiografia, produzidas no âmbito da História Cultural, sendo utilizados documentos oficiais e fontes não convencionais, para acessar a realidade passada - atas de exame, artigos de revista e de jornais. No contexto norte mineiro constatou-se que, ainda no final do século XIX, existia uma preocupação com o ensino da escrita, sendo que, nas primeiras décadas do século XX, por influência da Escola Nova, as orientações se voltam para a escrita como registro das experiências e das vivências do aluno.

Palavras-chave: Ensino da Escrita. Escrita de Carta. Disciplina Escolar. Representações e Práticas.

ABSTRACT

This article is inserted in the scope of Cultural History and reconstructs elements of the history of school subjects. The aim is to discuss representations and practices regarding the teaching of writing, considering that knowing how to write is a modern practice and important content that integrates the Portuguese language teaching.

¹ A pesquisa contou com apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG, a quem agradecemos. O projeto de pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Unimontes, sob parecer 2522, em conformidade com a Resolução 196/96, do Conselho Nacional de Saúde.

The methodological approach considered theoretical and conceptual tools of historiography, produced under the Cultural History, official documents and unconventional sources being used to access the past reality - take minutes, magazine articles and newspapers. In the context of the North of Minas Gerais it was found that in the late nineteenth century there is a concern about the teaching of writing, and in the first decades of the twentieth century, through the influence of the New School, the guidelines turn to writing as a record of the students' experiences.

Keywords: Teaching of Writing. Letter writing. School Discipline. Representations and Practices.

Introdução

A pesquisa insere-se no âmbito da História Cultural, na vertente proposta por Chartier (1990), que propôs os conceitos de representações, apropriações e prática como elementos importantes na reconstituição da memória coletiva. Referenciados em Chervel (2000), tomamos conteúdos de ensino da língua portuguesa como objeto de estudo, no intuito de preencher lacunas na história das disciplinas escolares. Conforme o autor, o estudo histórico dos conteúdos de ensino raramente suscitou o interesse dos pesquisadores ou do público; no entanto, o quadro está mudando e o interesse por estes estudos tem-se manifestado como uma tendência entre docentes que procuram reconstituir a história de sua disciplina.

Neste contexto, o objetivo deste artigo é discutir representações e práticas sobre o ensino da escrita, considerando que saber escrever se constitui como prática moderna, como importante conteúdo que integra a disciplina Língua Portuguesa. Chervel (1990) nos faz lembrar que o conceito de disciplina, até o fim do século XIX, designava a repressão às condutas prejudiciais à boa ordem dos estabelecimentos, representava a parte da educação dos alunos que contribui para se instalarem as boas normas de comportamento. Conforme o autor, até esta época, nos textos oficiais ou não, não se percebe a necessidade de um termo genérico para designar o que hoje chamamos disciplina; somente nos primeiros decênios do século XX é que o termo disciplina vem preencher essa lacuna lexicológica. “É somente quando a evolução da sociedade e dos espíritos permite contrapor à disciplina literária uma disciplina científica que se faz sentir a necessidade de um termo genérico” (CHERVEL, 1990, p. 180).

Por considerar a importância da língua materna como disciplina escolar, como também a impossibilidade de abordar todas as áreas de conteúdo desta disciplina, a escrita foi tomada como objeto de discussão neste artigo. Com Le Goff (1984), entendemos que a História é a forma científica da memória coletiva e não pode ser reconstituída em sua totalidade. Desta forma, o recorte temporal inclui os últimos anos do século XIX e as primeiras décadas do seguinte - momento em que são propostas profundas reformas nas práticas de ensino, orientadas pelo movimento da Escola Nova. Ainda com Le Goff (1984), entendemos que o historiador faz escolhas, recortes e seleções, mas encontra-se com os limites interpostos pelas escolhas, recortes e seleções daqueles que nos legaram os vestígios do passado.

Assim, procuramos reconstituir a memória coletiva em Montes Claros e na região norte mineira, a partir de documentos oficiais que integram o acervo do Arquivo Público Mineiro, em Belo Horizonte - fontes documentais ampliadas pela utilização de fontes não convencionais. Utilizamos atas de exames da Escola Normal Oficial de Montes Claros, artigos da *Revista do Ensino-MG* (1925-1933) e matérias publicadas nos jornais publicados na cidade de Monte Claros - o jornal *Correio do Norte* (1884-1889), disponível na Hemeroteca Assis Chateaubriand, em Belo Horizonte, como também o jornal *Gazeta do Norte* (1918-1933), arquivado no Centro de Documentação da Universidade Estadual de Montes Claros. Pela utilização destas fontes tornou-se possível captar prescrições oficiais, práticas de ensino, conteúdos propostos, discursos e orientações sobre a escrita e o seu ensino na escola. É importante ressaltar que a *Revista do Ensino* é um periódico oficial publicado pelo governo de Minas Gerais desde o ano de 1925, com a finalidade de disseminar orientações didáticas para as professoras das escolas primárias em seu ofício docente em sala de aula. Por sua vez, o jornal *Gazeta do Norte* é um semanário publicado em Montes Claros, entre os anos de 1918 e 1962, que dedicou espaço para publicações pedagógicas e orientações didáticas para as professoras primárias da região norte mineira. O jornal também discutiu os resultados obtidos pelas práticas de ensino realizadas em escolas públicas, conferiu visibilidade para atividades realizadas pelos professores, festas e comemorações desenvolvidas, sobretudo em Montes Claros.

Em relação ao ensino da escrita é importante destacar que, no período histórico investigado, esta atividade era denominada de composição, sendo que o seu ensino passa a integrar os conteúdos propostos nas escolas

normal e primária. No contexto das escolas montes-clarenses, a escrita passa a se constituir como atividade escolar, presente nas salas de aula. As composições são propostas como atividades que ultrapassam o âmbito da cópia para se constituírem como elaboração textual. Nas propostas de escrita em sala de aula não há uma preocupação com o gênero textual a ser redigido - a exceção identificada nas fontes consultadas foi a escrita de carta, que passa a ser considerada como habilidade necessária ao mundo social, para troca de informações entre sujeitos.

A escrita como prática necessária ao mundo social

Ao discutir a história das práticas de ensino da escrita na França, Hebrard (2000) lembra que, desde o século XIX, o Boletim da Instrução Primária condenava a escrita como cópia de modelos, em que o aluno se espelhava nos grandes autores e nos textos clássicos para aprender a escrever. O autor aborda as transformações ocorridas no contexto escolar francês, entre os anos de 1833 e 1842, em que as escolas passam a visar uma alfabetização de massas mais completa e tentam produzir uma pedagogia capaz de ultrapassar a capacidade elementar de copiar textos, para se chegar a um “saber redigir” - capacidade até então reservada às elites. Nesse período, em que a escrita era reservada às elites, nos colégios e nos liceus, um dos exercícios importantes para se ensinar a escrever era a ampliação - atividade realizada em duas etapas: 1) era fornecido um assunto extraído de um autor latino, seu argumento resumido e a moral; 2) os alunos deveriam escrever o desenvolvimento, procurando imitar as formas e o estilo dos textos clássicos fornecidos como modelo. Hebrard lembra que a escrita dos letrados foi forjada nessa familiaridade com as obras clássicas, sendo que os professores que não seguiram o caminho do colégio e não aprenderam o latim foram excluídos da arte de escrever (HEBRARD, 2000).

Ainda segundo o autor, os reformadores apostaram na formação de professores para ensinar a escrever, pois deles dependia a iniciação dos alunos - a lógica era a de que, se os professores soubessem redigir, os alunos também aprenderiam a escrever. O Manual Geral orientou os professores a mandar o aluno escrever relatos moralizantes, anedotas edificantes, cartas nas quais os sentimentos deveriam ser expressos conforme convenções vigentes. “Para alimentar esses exercícios, os autores propunham leitu-

ras recreativas a resumir ou trechos selecionados (em versos) a decorar” (HEBRARD, 2000, p. 53). Por sua vez, o Boletim da Instrução Primária condenava essas proposições e denunciava o projeto que copiava a retórica do secundário. O Boletim propunha novos modos de expressão, valorizando a simplicidade e a cultura dos alunos - a experiência familiar e a instrução escolar.

No contexto francês, Michel (1992), citado por Hebrard (2000), afirma que existiam quatro gêneros literários suscetíveis de serem utilizados para exercitar utilmente a escrita juvenil: a descrição (de um objeto, de um fato, de uma cena observada); o relato (de um acontecimento do qual as crianças podem ter sido testemunhas); a carta (que poderia ser útil nas relações domésticas e também nas relações de negócio); a redação (de um relatório ou de uma instrução). O professor também deveria conhecer as formas adequadas para transformar um plano em carta. Conforme Hebrard (2000):

O gênero epistolar permitia reunir todos os estilos, pois bastava mudar os destinatários fictícios (amigos, parentes, antigo professor, benfeitor ou relação de negócio) conforme se quisesse mandar escrever um relato edificante, uma representação instrutiva, uma meditação moral ou sentimental, ou troca de informações banais (HEBRARD, 2000, p. 56).

Ainda conforme o autor, esta proposta didática produziu uma ruptura com a tradição, pois os alunos da escola primária passaram a escrever sem preocupação de imitar os modelos representados pelos grandes autores e pelos grandes textos.

Em Montes Claros as discussões propostas nos últimos anos do século XIX e nas primeiras décadas do século XX são, de certa forma, herdeiras destas discussões ocorridas no contexto europeu. A escrita de carta e o registro das vivências dos estudantes são conteúdos presentes nas práticas pedagógicas desenvolvidas nas escolas francesas. Estas atividades também se constituíram como conteúdos propostos no contexto montes-clarense, estiveram presentes em discursos direcionados aos professores, oportunidade em que também foram sugeridas atividades de observação e conversas, como estratégias para subsidiar a escrita no espaço da escola.

Por valorizar a carta como gênero discursivo a ser exercitado na escola, em concurso para provimento de cargo de professor primário realizado pela

Escola Normal Official de Montes Claros, no mês de novembro de 1893, foi utilizada a escrita de uma carta para a avaliação dos candidatos. Dentre os conteúdos avaliados no concurso constavam: gramática portuguesa, arithmetica, hygiene escolar, medidas de áreas e capacidade, geografia, gymnastica e evoluções militares, história do Brasil e instrução cívica e moral, noções de agricultura, redacção e licções de cousas, escripta, caligrafia e leitura, como também exame prático (MINAS GERAIS, 1893).

Na prova de Gymnastica e Evoluções Militares, a partir de um ponto sorteado pela comissão julgadora, o candidato Gregorio Alves Villela realizou exercícios práticos com alunos da aula anexa à Escola Normal Official de Montes Claros. Processo semelhante ocorreu com o Exame Prático, em que foram avaliadas as habilidades didáticas do candidato:

Deu-se começo ao mesmo, introduzindo na sala onde funcionava a comissão, uma turma de alunos da aula pratica do sexo masculino, aos quais fez, o examinando, uma preleção, em linguagem didactica, accomodando a intelligência dos mesmos, sobre o ponto por elle sorteado, três dias antes; depois o que o examinando sorteu outro ponto, sobre o qual deu uma licção a mesma classe, empregando a forma mais adequada e conveniente (MINAS GERAIS, 1893).

Na prova de Hygiene Escolar, juntamente com a análise dos conteúdos da disciplina, o candidato também exercitou suas habilidades de redação, ao escrever um texto sobre “a respiração”. Nesta prova foram avaliados os conhecimentos relativos ao tema proposto, sendo que Gregorio Alves Villela recebeu o julgamento de “aprovado simplesmente”. Na disciplina Agricultura foi explorado o tema “tipos de terreno”. Em História do Brasil foi sorteado o ponto “Guerra dos Emboabas”. Em Geografia o tema foi “Limites e Potamografia do Estado de Minas Gerais”. Em Arithmetica foram realizadas questões relativas a medidas de área, teoria de frações ordinais e decimais. Na prova de gramática, foi sorteado texto denominado “Feitos de prodigiosa valentia de D. Affonso I”, em que, também, foi exigida a escrita. Neste quesito foi exigida a habilidade de cópia do texto e avaliada a apropriação de conhecimentos gramaticais e não a capacidade de produção textual. O texto composto por 27 palavras foi escrito e analisado do ponto de vista da gramática, sendo as palavras classificadas em classes (preposição, artigo,

substantivo, etc.); quanto ao número de sílabas; quanto ao gênero e grau. O candidato foi avaliado em situação de ditado e de leitura oral. Na ata do exame consta:

Foi ditado por um dos examinadores um trecho clássico de doze linhas, tirado, a sorte, pelo examinando, que o escreveu no tempo, que lhe foi marcado. Concluída a prova e entregue a Comissão, foi por esta julgada, sendo, depois, chamado o examinando ao exame de leitura, para o que foi igualmente sorteado um trecho, que o examinando leu, com a devida entonação e inflexão explicando depois o sentido do mesmo (MINAS GERAIS, 1893).

Na prova de Redação o candidato redigiu uma “carta de felicitação a um amigo, por ocasião de seu casamento” (MINAS GERAIS, 1893). A seguir encontra-se transcrita a carta redigida por Gregorio Alves Villela:

Amigo e Senr.

Estou de posse de tua presada carta, dando-me noticia do teu novo estado, enviou as minhas felicitações, por ter contrahido um casamento com uma senhora, que tem todas as virtudes, tornando-te mais felis do que eras. Congratulo-me contigo e faço votos do céu para que tua felicidade não soffra quebra, esperando com impaciencia a ocasião para abraçar-te, e transmittir verbalmente os meus respeitosos cumprimentos.

Adeus.

Sem outro motivo de dirigir-te, subscrevo-me como teu amigo, etc.

Montes Claros, 8 de novembro de 93

Gregorio Alves Villela.

Nesta prova, o candidato não apresentou desempenho satisfatório, mas, apesar de obter “nota sofrível” da comissão julgadora do concurso, foi aprovado para o cargo de professor. O fato guarda aproximações com o contexto francês do século XIX, em que a redação passou a ser uma exigência no processo de seleção de professores. No entanto, segundo Hebrard (2000), quanto à capacidade de escrita, não eram feitas muitas exigências aos candidatos. O autor lembra que, desde 1833, para obter a licença simples

para ensinar nas escolas primárias francesas, os candidatos deveriam redigir uma composição. “Os resultados eram geralmente desastrosos e a banca contentava-se em julgar o texto pelas qualidades ortográficas” (2000, p. 52).

Seguindo essa tradição de ensinar a redigir cartas e de utilizar esse gênero textual como atividade de avaliação, em 1896, nas avaliações finais dos alunos da Escola Normal Oficial de Montes Claros, a banca examinadora determinou duas atividades de escrita: a redação em que os alunos fizessem uma recapitulação da matéria estudada, como também a escrita de uma carta (MINAS GERAIS, 1896).

A consulta às fontes permitiu perceber que, no contexto montes-clarense, a escrita de cartas, mais do que uma atividade escolar, era vista como necessidade da vida social. É assim que, ao tratar do ensino escolar e da instrução, o jornal *Correio do Norte*, ainda no ano de 1890, já apontara a leitura e a escrita de carta como necessidade do mundo civilizado:

Isto digo por que só quem vive entre os indígenas é que não tem necessidade de saber ler, escrever nem contar, uma vez que elles também não o sabem.

Entre um povo civilizado, a necessidade de conhecimentos litterarios se faz sentir toda vez que se tem precisão de ler, ou escrever uma carta, ou outra cousa qualquer (SILVA, 1890a, p. 04).

Ao discutir a incapacidade de ler e escrever, o autor desta matéria jornalística chama a atenção para o valor da leitura, destacando o modo como não saber ler e depender de um leitor pode ser inconveniente e inadequado. Ao solicitar um leitor para ler sua carta, o analfabeto se expõe e permite a outrem ter acesso a conteúdos que somente a ele interessariam.

A isto talvez alguma pessoa venha objectar: eu não sei; é verdade, nem ler nem escrever, mas posso pedir alguém que o saiba para ler e responder alguma carta que por ventura eu receba.

Sim, pode pedir; porem quantas vezes não acontece procurar-se em vão durante horas, dia inteiro quem saiba ler uma cuja resposta admite a menor delonga? De mais, será lícito ou convirá a alguém dar a quem quer que seja suas cartas para ler? Não, por certo.

Há carta que em nada honra o que a recebe, verbo gratia, quando seu conteúdo versa sobre a cobrança d'uma dívida, cujo praso já tenha vencido há muitos annos. Ora, uma carta dessa ordem ninguém pôde negar que não devera ser lida se não por aquelle mesmo a quem foi dirigida, ainda que o fizesse (isso na hipótese de ter elle apenas limitadíssima instrucção) soletrando a maior parte das palavras e deixando de fazer as pausas que a pontuação requer.

Mas como poderá um individuo saber qual o conteúdo d'uma carta a elle escripta, sem que outrem a leia, se esse individuo não tem a mínima noção das letras?... (SILVA, 1890b, p. 03).

A leitura e a escrita eram tomadas como uma necessidade, não apenas no âmbito escolar, mas como uma habilidade que apresentava finalidades e usos no mundo social no qual o sujeito estava inserido. Nas primeiras décadas do século XX, na cidade de Montes Claros, as representações e práticas acerca do ensino da escrita são influenciadas pelo movimento da Escola Nova. Nesse contexto, os discursos sinalizam ser necessária uma simplicidade no texto escrito, bem como uma adequada seleção do vocabulário, de forma a produzir os efeitos desejados. Nas publicações do jornal *Gazeta do Norte*, a defesa era de que a escrita fosse simples, objetiva e com clareza expositiva associada aos objetivos definidos. Na escola, as práticas de escrita deveriam ser produzidas a partir das vivências dos alunos e da oralidade como forma de expressão destas experiências e sentimentos.

Em 1933, o jornal *Gazeta do Norte* faz o “elogio da simplicidade”, por considerar que o estilo de escrita dos brasileiros era por demais rebuscado:

O brasileiro occupa o primeiro logar entre os povos emphaticos do continente. O desperdício de palavras e de tempo assume, no Brasil, proporções serias.

Não temos ainda o espirito da syntese, a noção de simplicidade.

Queremos suprir, com uma rethorica em desuso, a nossa lamentável ausência de cultura.

O escritor, o jornalista, ou o poeta que quiser leitores, hoje, tem de adoptar menor numero possível de vocabulos sonoros.

É um engano pensar-se que as palavras bonitas e superfluas tornam a ideia mais agradável.

A tendência entre todos os povos, mesmo entre os povos latinos, que sempre abusaram da imaginação, é para a simplificação da inteligência.

Nada de ramagens, de redundâncias desnecessárias (GAZETA DO NORTE, 1933, p. 01).

Apesar de não referir-se à escrita escolar, o jornal é contundente em relação ao estilo de escrita e, nas representações disseminadas, era necessário evitar o uso de palavras difíceis, as redundâncias e a teatralidade, que não tinham uso na linguagem corrente. Essa simplicidade era necessária à transmissão do conteúdo e à construção de textos mais interessantes. Quando se escrevia desconsiderando essa condição, a escrita não atingia o objetivo pretendido:

O resultado é este: para dizer que são bonitos os olhos de uma mulher, esses rapazes escrevem todo um capítulo, abusando de um processo muito em moda nos tempos do romantismo do auge primeiro imperador do Brasil. Os seus livros denotam, por isso mesmo, uma fundamental ausência de interesse.

A literatura, a boa literatura nunca renegou a ideia.

O estilo só, nada significa (GAZETA DO NORTE, 1933, p. 01).

Nesse período, os princípios pedagógicos da Escola Nova indicavam que a criança deveria ser estimulada a observar, agir e interagir, expressar seus conhecimentos e pontos de vista. Estas vivências eram essenciais para os processos de escrita na escola, sendo imperiosa a criação de situações didáticas que permitissem a livre expressão das ideias pelos alunos. Esta orientação didática foi captada nas salas de aula das classes anexas da Escola Normal Oficial de Montes Claros, pelo professor Arnaldo de Carvalho, que também assistiu aulas do curso de adaptação e do curso normal. Ao visitar a Escola Normal Oficial de Montes Claros, com a intenção de colher subsídios para implantação de uma escola similar na cidade de Jequitinhonha, o médico, jornalista e professor impressionou-se com os processos pedagógicos que presenciou. Dentre as atividades realizadas pelos alunos

constavam diferentes atividades que favoreciam a comunicação e a livre expressão.

Impressionou-o fortemente o regime perfeito e vigor do instituto: - dentro de extraordinário dinamismo escolar, em meio às mais intensas actividades de todo o corpo docente (estudos, pesquisas, experiências, etc) sobressai a autonomia do educando, a sua comunicabilidade, a livre expressão da personalidade do aluno, num ambiente de trabalho, alegria e cooperação (GAZETA DO NORTE, 1935, p.04).

Ao falar das atividades que presenciou nas salas de aula, dentre os comentários e impressões, o professor Arnaldo Carvalho destaca as habilidades das alunas do 2º ano do curso de adaptação que declamaram poemas; como também o dinamismo, a gentileza, a confiança, a sociabilidade e o entusiasmo das alunas do 3º ano do curso normal.

Com natural espontaneidade, um aluno, do curso de Geographia, expôs o que sabe sobre carvão de pedra, demonstrando o quanto aproveitou das aulas anteriores!... Como em um prêmio, de modelo evoluído, a petizada da escola anexa, compõe historietas alegres, risonhos e satisfeitos (CARVALHO, 1935, p. 04).

Como se pode perceber, nas representações do professor Arnaldo Carvalho, os professores das classes anexas da Escola Normal Oficial de Montes Claros procuravam desenvolver a oralidade e as habilidades de escrita dos alunos - uma prática importante para a vida social.

No contexto investigado, a prática da escrita e o seu ensino encontraram pouco espaço de discussão nas fontes documentais que acessamos em Montes Claros. Processo semelhante foi observado na *Revista do Ensino*, que também apresenta um menor espaço para discutir o ensino da escrita, indicar pressupostos teóricos e sugerir práticas educativas sobre a temática. As publicações não são muito numerosas, como ocorre com outras áreas do conhecimento. Em artigo produzido em 1926, o professor Claudio Brandão afirma a importância da aprendizagem da escrita e considera que “a composição é o mais poderoso fator de robustecimento e de educação mental” (BRANDÃO, 1926, p. 44).

A *Revista do Ensino* considera que a escrita de composições se constituía como prática importante para o uso eficaz da linguagem e não poderia se circunscrever às aulas de português:

É errôneo suppor que bastam as aulas de português para alcançar-se algum proveito no uso eficaz da língua materna. É de todo o ponto indispensável a cooperação das outras aulas na correção dos erros de forma, e principalmente, na prática de discussões, de exposições continuas de assumptos, de composições escritas (REVISTA DO ENSINO, 1926, p. 146)

Conforme a revista, o ensino da língua materna deveria se estender a todas as disciplinas escolares, que poderiam desenvolver atividades de linguagem oral e escrita, de forma a corrigir os erros cometidos pelos alunos, sobretudo os relacionados à forma das produções. O professor Claudio Brandão também discutiu a forma das composições escolares, destacando que a qualidade das produções era mais importante do que a quantidade - “Antes três ou 4 composições por ano, bem refletidas, bem expressas e bem coordenadas, do que 12 atabalhoadas, ilógicas e incorretas” (BRANDÃO, 1926, p. 45).

Para o professor Claudio Brandão, a escrita era ensinada de forma pouco proveitosa e, nesse sentido, sugere que se orientasse o trabalho para estimular o aluno a tornar-se ativo e a posicionar-se diante das questões discutidas. “Não escravizar a inteligência do aluno às opiniões e às sensibilidades alheias, criando, assim, uma personalidade artificial e passiva” (BRANDÃO, 1926, p.44). Ainda segundo o professor, deve-se levar o aluno a fixar sua atenção em determinado assunto, encadeando logicamente as ideias, sentimentos e impressões que nele tumultuam. Assim, na sala de aula, a professora deveria habituar o aluno a ver, observar, julgar, descobrir o lado falso e real das coisas, exercer o senso crítico.

Para a professora Maria Coutinho Amorim (1925), o trabalho com a redação exige cuidado especial, de forma que o aluno, ao atingir os últimos anos da escola primária, fosse capaz de redigir acertadamente sobre qualquer assunto. “O que se pretende na escola primária, ensinando a escrever, não é fazer literatos, mas conseguir que o aluno redija claro, certo e correntemente” (AMORIM, 1925, p. 46). Para aprender a escrever, a autora sugere que o professor escolha

Assuntos conhecidos pelos alunos (objetos reais, flores, frutas, aves, insetos, jardins, passeios, descrições de sala de classe, reprodução de historietas e trechos do livro de leitura, narração de fatos, contos morais e cívicos, cartas de motivos familiares, correspondências sobre assuntos escolares, resumos de lições etc (AMORIM, 1925, p. 46)

No ano de 1930, a *Revista do Ensino* discute a atividade de escrita, apresentando a questão como o “suplício das composições”, dado o afastamento desta atividade em relação à vida cotidiana das crianças.

Já neste mesmo número da Revista, tivemos o ensejo de alludir a esse suplício das composições de nossas escolas: marca-se um assumpto, de todo ponto afastado das preocupações e interesses infantis, coisa que nunca viram, situações que não estão à altura de imaginar, impressões e opiniões a toda força, que os alumnos escrevam paginas e paginas, como se fosse possível, mesmo a um adulto, falar de coisas que não viu, não estudou e não deve conhecer (REVISTA DO ENSINO, 1930, p. 09).

Como sugestão para renovar a prática da atividade de escrita, a *Revista* propõe a elaboração de um diário como alternativa para a escrita escolar, que facilitaria a atividade da criança, uma vez que as ocorrências do cotidiano fornecem os conteúdos a serem registrados. Desta forma, ao escrever sobre fatos cotidianos, a criança fica liberada da necessidade de inventar uma história ou algo similar e, assim, dedicará toda a sua atenção e esforços na organização das ideias, na escolha das palavras e na estruturação textual. Assim, ao defender a escrita do diário a *Revista* considera que

Têm todas as vantagens esses excellentes exercícios: elles não martyrizam as crianças, que se angustiam à busca de assunto, para darem conta das engenhosas composições que se lhes marcam; as crianças têm material abundante e opulento, na sua vida cheia de peripécias, aventuras e de revéses (REVISTA DO ENSINO, 1930, p. 09).

Para escrever o diário, a revista propõe etapas metodológicas da escrita, sugerindo que o professor oriente acerca do vocabulário que a criança utilizará e a auxilie na organização das ideias.

A professora, de começo, perguntará aos alumnos os acontecimentos mais salientes do dia. Conversará sobre eles. Discutirá com elles. Fará que os exponham naturalmente, com simplicidade, fazendo que repitam palavras mal pronunciadas que aperfeiçoem tal e tal frase, que empreguem este ou aquelle termo mais preciso e mais expressiva (REVISTA DO ENSINO, 1930, p. 10).

A revista entende que, após as conversas e discussões sobre as vivências e experiências, os alunos estariam prontos para escrever e, nesse contexto, a escrita se constituiria como atividade natural e interessante.

Depois que os alumnos tiverem sentido, visto, agido, vivido e praticado qualquer sentimento, acontecimento ou acção, e depois que houverem expressado, em conversação, em aula, - é que porão por escripto, com as palavras com que disseram oralmente, procurando contar, com exactidão e com vivesa, o que tiveram em vista (REVISTA DO ENSINO, 1930, p. 09).

A revista ainda destaca práticas ocorridas em escolas norte-americanas, que exploram as possibilidades de escrita coletiva, em que o professor funcione como escriba e faça o registro dos textos ditados pelas crianças. “Em escolas norte-americanas, esse processo é empregado desde o primeiro anno de escola, escrevendo os professores, com suas próprias mãos, no quadro negro - o que lhes dictarem os meninos” (REVISTA DO ENSINO, 1930, p. 10).

Ao analisar essas questões propostas pela *Revista do Ensino* e nos jornais montes-clarenses, encontramos similaridades com as discussões produzidas por Hebrard (2000), que estudou a renovação do ensino da escrita no contexto francês do século XIX, indicando que, naquele momento, o projeto pedagógico rompia com a tradição de imitar os modelos clássicos para propor uma continuidade quase que natural entre a experiência do aluno, a tomada da palavra e a escrita. Ou seja, o aluno deveria escrever com a mesma simplicidade, clareza e correção com que exprimiu seus pensamentos e sentimentos em viva voz. Segundo Hebrard, nesse projeto, era importante a simplicidade da escrita e valorização da cultura dos alunos, com destaque para a experiência familiar e a instrução escolar que poderiam se constituir como elementos sobre os quais seriam produzidas as redações das crianças.

Considerações finais

Neste artigo, que tem por objetivo discutir o ensino da escrita na cidade de Montes Claros, foi possível constatar a relevância da temática, em que escrever passa a ser considerada como habilidade importante para a escola e para a vida social. As representações e práticas identificadas no jornal *Gazeta do Norte* e na *Revista do Ensino* indicam que, apesar de importante, a atividade de escrita é pouco contemplada nas publicações, que são pouco frequentes - as discussões localizadas nas fontes documentais consultadas têm por foco o ensino de gramática e de leitura. Mas, apesar de as orientações e discussões sobre as atividades de escrita terem sido secundarizadas, elas se fizeram presentes, posto que saber escrever era habilidade a ser ensinada pela escola.

Nas discussões propostas, os professores apresentaram sugestões que poderiam contribuir com o ensino da escrita nas escolas e facilitar a atividade de escrever, por relacionar a escrita às vivências e conhecimentos dos alunos, como também às necessidades do mundo social. Este é um movimento que se encontra com proposições de Chervel (1990) que, ao discutir a história das disciplinas escolares em sua relação com as ciências de referência, destaca a necessidade sentida pela escola em simplificar os conhecimentos científicos para serem ensinados, posto que não possam ser apresentados em sua pureza e integridade para o público jovem. O autor considera que a tarefa dos pedagogos é a de arranjar métodos que permitam aos alunos assimilar o conteúdo das ciências de referência. E a tarefa do historiador das disciplinas é reconstituir estas estratégias utilizadas pelos professores do passado, compreender as apropriações dos conhecimentos produzidos no âmbito da ciência e a sua materialização em práticas na sala de aula.

No âmbito da cidade de Montes Claros, constatamos que, nas escolas, as estratégias didáticas tinham a escrita como habilidade a ser desenvolvida pelos alunos. Até as primeiras décadas do século XX, a atividade de escrita tinha por base um tema ou um título dado pelo professor, sobre o qual se esperava que os alunos tivessem conhecimentos e informações para escrever. Nos discursos pedagógicos, a renovação proposta pela Escola Nova indicava que, como atividade preparatória para a escrita, a escola deveria aproveitar situações vivenciadas, excursões realizadas, conversas e debates em sala de aula, como também observações de objetos e situações, que se constituiriam como pretexto para os alunos escreverem. Nesse

contexto, a escrita se torna uma consequência das situações vivenciadas e da socialização destas vivências na sala de aula.

A análise das práticas indica que, apesar desta renovação, uma característica importante das redações escolares orientadas pelo movimento da Escola Nova era sua restrição ao espaço escolar. Apesar de proposta a escrita de vivências dos alunos, o objetivo da escrita era a aprendizagem da habilidade de escrever e não a de interlocução entre sujeitos. A prática de escrita era endógena, não apresentava outra finalidade que não fosse a aprendizagem da habilidade de escrever, sendo que a sua circulação limitava-se ao contexto escolar, em que houvera sido produzido.

Nesse tipo de abordagem, a escrita de carta se constituiu como gênero textual presente no espaço escolar, posto que valorizado como prática no mundo social. No entanto, as atividades sugeridas na sala de aula não visavam às finalidades de comunicação inerentes à carta, mas pretendiam ensinar a escrever.

Fontes documentais:

AMORIM, Maria Coutinho. A Linguagem Escripta. *Revista do Ensino*: Orgam Oficial da Inspectoria da Instrução. Belo Horizonte. Ano I. n. 2, Abril de 1925. (Acervo do Arquivo Público Mineiro - Belo Horizonte-MG).

BRANDÃO, Carlos. Como deve ser a composição escripta - Trabalho de concentração e organização intellectual, antes de tudo. *Anoll*. n. 11, Fevereiro de 1926. (Acervo do Arquivo Público Mineiro - Belo Horizonte-MG).

CARVALHO, Arnaldo de. A instrução no N. de Minas. Montes Claros: GAZETA DO NORTE: semanário literário e independente. Ano XVII, nº 966, 01 de junho de 1935 (Acervo do CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação da Unimontes).

GAZETA DO NORTE. O elogio da simplicidade. Montes Claros: Jornal Gazeta do Norte: semanário literário e independente. Ano XV, nº 855, 18 de março de 1933 (Acervo do CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação da Unimontes).

GAZETA DO NORTE. A instrução no N. de Minas. Montes Claros: Jornal Gazeta do Norte: semanário literário e independente. Ano XVII, nº 966, 01 de junho de 1935 (Acervo do CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação da Unimontes).

MINAS GERAIS. Comunicado de aprovação de Gregório Alves Villela para a cadeira de São João da Raposa - Escola Normal Oficial de Montes Claros. Livro SI 662. 10 de Dezembro de 1893 (Acervo do Arquivo Público Mineiro - Belo Horizonte-MG).

MINAS GERAIS. Ata de exames - Escola Normal Official de Montes Claros. Livro SI 662. Dezembro de 1893 (Acervo do Arquivo Público Mineiro - Belo Horizonte-MG).

REVISTA DO ENSINO. O diário - o que é. Revista do Ensino: Orgam Official da Inspectoria da Instrução. Belo Horizonte. Ano V. n. 43, Março de 1930. (Acervo do Arquivo Público Mineiro - Belo Horizonte-MG).

SILVA, José da Cunha e. A escola e a necessidade de instrução. Montes Claros: Jornal Correio do Norte: semanário politico, literário e noticioso. Ano VI, nº 285, 19 de janeiro de 1890 (1890a) (Acervo do CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação da Unimontes).

SILVA, José da Cunha e. A escola e a necessidade de instrução. Montes Claros: Jornal Correio do Norte: semanário politico, literário e noticioso. Ano VI, nº 283, 05 de janeiro de 1890 (1890b) (Acervo do CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação da Unimontes).

VILLELA, Gregório Alves. Prova de redação - concurso para cadeira de São João da Raposa - Comarca de Rio Pardo - Escola Normal Official de Montes Claros. Livro SI 662. Novembro de 1893 (Acervo do Arquivo Público Mineiro - Belo Horizonte-MG).

Referências

CHARTIER, Roger. **História Cultural: entre práticas e representações**. Trad. Maria Manuela Galhardo. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: história entre certezas e inquietudes**. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.

CHERVEL, André. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. Porto Alegre. **Revista Teoria e Educação**. v. 02, 1990. p. 177-229.

HÉBRARD, Jean. O autodidatismo exemplar. Como Jamerey-Duval aprendeu a ler? In.: CHARTIER, Roger (org.). **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 1996. p. 35-74.

HÉBRARD, Jean. Três figuras de jovens leitores: alfabetização e escolarização do ponto de vista da História Cultural. In: ABREU, Márcia (org.). **Leitura, história e história da leitura**. Campinas: Mercado das Letras: Associação de Leitura do Brasil; São Paulo: Fapesp, 2000. p.33-78.

LE GOFF, Jacques. **Historia e memória**. 5. ed. São Paulo: Editora da Unicamp, 2003.